

AGRONEGÓCIO DA SOJA NO CERRADO PIAUIENSE E (SUPER) EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO RURAL: UMA ANÁLISE EMPIRICA

“O canto de despedida vai disfarçado de flor.
É feito para os caboclos do barranco sofredor” (Thiago de Mello).

Francisco Eduardo de Oliveira Cunha¹
José Raimundo Barreto Trindade²

RESUMO: A expansão do agronegócio no cerrado piauiense se intensificou a partir de sua inserção na dinâmica global de produção de *commodities* agrícolas em larga escala, ocorrida na década de 1990. Com efeito, severas foram as implicações sobre o trabalhador e a trabalhadora rural desta região. Diante disso, o presente trabalho objetiva elucidar as categorias exploração e superexploração da força de trabalho rural no setor produtivo da soja no cerrado piauiense, tomando como base espacial de estudos o município de Baixa Grande do Ribeiro-PI, com vistas a compreender o papel do trabalhador e trabalhadora rural piauiense na economia global na transferência de mais-valia para economias centrais, além de contribuir com proposta metodológica de mensuração e análise da categoria superexploração da força de trabalho. Tem-se como abordagem teórica a teoria da exploração da marxista e sua complementação na teoria marxista da dependência, referente a superexploração da força de trabalho. Como resultado, o estudo evidencia o caráter dialético do capital agrário piauiense, onde os trabalhadores rurais produzem riquezas e suas próprias misérias.

Palavras-chave: agronegócio; economia piauiense; superexploração da força de trabalho.

SOYBEAN AGRIBUSINESS IN THE CERRADO PIAUIENSE AND (SUPER) EXPLOITATION OF THE RURAL WORKFORCE: An EMPIRICAL ANALYSIS

ABSTRACT: The expansion of agribusiness in the Piauí Cerrado intensified after its insertion in the global dynamics of large-scale agricultural commodity production, which took place in the 1990s. Indeed, the implications for rural workers in this region were severe. Therefore, the present work aims to elucidate the categories of exploitation and overexploitation of the rural workforce in the productive sector of soy in the cerrado of Piauí, taking as a spatial basis for studies the municipality of Baixa Grande do Ribeiro-PI, in order to understand the role of rural worker from Piauí in the global economy in the transfer of surplus value to central economies, in addition to contributing with a methodological proposal for measurement and analysis of this category. The theoretical approach is the Marxist theory of exploitation and its complementation in the Marxist theory of dependence, referring to the super-

¹ Professor Assistente 2 do Departamento de Ciências Econômicas (DECON) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: eduoliveira@ufpi.edu.br.

² Professor Associado 3, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Coordenador do Observatório Paraense do Mercado de Trabalho (OPAMET). E-mail: jrtrindade@ufpa.br.

exploitation of the workforce. As a result, the study highlights the dialectical character of Piauí's agrarian capital, where rural workers produce wealth and their own miseries.

KEYWORDS: agribusiness; Piauí economy; overexploitation of the workforce.

1. INTRODUÇÃO

A expansão do agronegócio brasileiro se intensificou a partir de sua inserção na dinâmica global de produção de *commodities* em larga escala, ocorrida principalmente a partir das últimas décadas do século passado, assim como pelo acelerado processo de reprimarização da economia brasileira (TRINDADE&OLIVEIRA, 2017; TRINDADE et al. 2016). Com efeito, observa-se um processo de expansão da acumulação de capital centrado na produção agrária em grande escala, disseminada em todo território nacional, mas aqui tratado tendo foco a região do cerrado piauiense, causando transformações nas relações com a terra e com os trabalhadores e trabalhadoras rurais (SILVA, MONTEIRO & BARBOSA, 2015; ALVES, 2001, 2006; AGUIAR & MONTEIRO, 2005; REYDON & MONTEIRO, 2004; MONTEIRO, 2002).

Nessa mudança do espaço agrário brasileiro, peculiares (e precárias) relações de trabalho dão corpo às modernas formas de produção e apropriação de mais-valia, atestada nas disparidades de produção e apropriação de riqueza pelo capital frente as rendas pagas aos produtores de fato, os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Neste artigo objetiva-se fazer a análise das relações de trabalho no espaço agrário brasileiro e, especialmente no cerrado piauiense, considerando sua inserção na dinâmica do capitalismo global, tratada a partir da contribuição da teoria marxista da dependência (TMD). A TMD elucida que a integração da América Latina no desenvolvimento do capitalismo global se deu a partir da necessidade da criação de uma oferta mundial de alimentos e de matérias-primas, a fim de atender a expansão industrial e da população urbana europeia e demais países de capitalismo avançado, bem como as relações na economia mundo capitalista se dá desde uma “dialética da dependência”, onde a conformação entre centro e periferia não constitui somente um arranjo histórico e sim uma condição sistêmica do modo de produção capitalista (MARINI, 2005; DOS SANTOS, 2011; OSÓRIO, 2012; TRINDADE, 2020).

O Brasil sobretudo agrário integra-se ao comércio mundial em consonância a presente divisão internacional do trabalho e as condições de desenvolvimento

próprias ao padrão de reprodução do capital de especialização produtiva assentado nas últimas décadas, requerendo destes uma especialização em produtos primários, enquanto aos países centrais, cabe novamente a incumbência da produção de manufaturados e produtos de alta agregação tecnológica. Nessas circunstâncias, a acumulação de capital na periferia, ainda que com o mesmo conteúdo, assume suas próprias formas de manifestação (CARCANHOLO & AMARAL, 2008; TRINDADE, MARQUES & MAGALHÃES, 2019; TRINDADE, 2020).

Este artigo tem como objetivo compreender a atual configuração do espaço agrário brasileiro, especificamente na região do cerrado piauiense, podendo ser entendido como parte do atual sistema de transferências de mais-valias da economia dependente brasileira para os países de capitalismo avançado, compondo parte da “nova espiral” de dependência brasileira.

Portanto, tem-se como objetivo principal partindo das categorias exploração e superexploração da força de trabalho, contribuir com a investigação e interpretação crítica do papel dialético do trabalhador rural brasileiro, sobretudo o trabalhador assalariado no sistema de produção agrícola global, evidenciando empiricamente as referidas categorias marxistas, a partir de uma proposta metodológica de mensuração e análise de uma realidade concreta, referente a produção de soja no cerrado piauiense.

O artigo está dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção será apresentada uma abordagem teórica das categorias exploração e superexploração da força de trabalho, no intuito de elucidar tais categorias quanto às suas relações com a tese da dependência. Na segunda seção será tratada a recente inserção da região do cerrado piauiense na dinâmica capitalista agrária de produção global para que enfim, na terceira seção possa ser desenvolvido um esforço empírico no sentido de evidenciar quantitativamente as categorias tratadas na primeira seção, dentro do contexto de reprodução do capital no espaço agrário brasileiro e piauiense, por fim apresenta-se as considerações finais.

2. EXPLORAÇÃO E SUPEREXPLORAÇÃO NO CAPITALISMO PERIFÉRICO

Ao se inserir o debate da teoria do valor em Marx ao capitalismo periférico, torna-se indispensável o diálogo e aprofundamento desta com as teses de Marini

(1973, 2011), sobretudo na compreensão do que talvez seja a principal categoria de análise para compreensão das economias dependentes: a superexploração da força de trabalho. Conforme reiteram diversos autores¹, trata-se da característica estrutural demarcadora da condição dependente vivida pelos países da periferia, América Latina e demais regiões, em relação aos países do centro do capitalismo mundial.

Santana (2013) justifica que pela ausência de um avanço teórico nos primeiros intérpretes marxistas, além de dificultar a apreensão desta categoria, se legitima o pioneirismo de Marini no desenvolvimento da categoria superexploração da força de trabalho, sobretudo no marxismo latino-americano. Dessa forma, a “*Dialética da Dependência*”² (1973) se apresenta como relevante subsídio teórico-metodológico para o estudo das leis específicas do desenvolvimento do capitalismo em nosso continente, quer seja, um conjunto coerente de teses e análises interdisciplinares acerca das contradições do desenvolvimento capitalista latino-americano (SANTANA, 2013).

Com o intuito de oferecer um caminho teórico mais denso nas bases marxistas, desenvolve-se inicialmente a categoria exploração da força de trabalho originária de Marx ([1867] 2013), a fim de somente a partir dela, desenvolver-se a categoria superexploração da força de trabalho, proposta por Marini ([1973] 2005). Neste sentido, importa inicialmente compreender a força de trabalho enquanto mercadoria fundamental da produção de valor na forma social capitalista.

Marx, nas linhas iniciais de *O Capital* já tornava evidente que, embora a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configure-se em uma “enorme coleção de mercadorias” (MARX, [1867] 2013, p. 113), a lógica de valorização do capital só se viabiliza mediante a existência de uma mercadoria peculiar que, ao ser consumida, tenha a capacidade de criar um valor adicional, superior ao seu próprio custo. A única mercadoria capaz de realizar tal proeza é a *força de trabalho*, cujo valor de uso representa o que há de mais substancial na produção mercantil-capitalista, uma vez que se apresenta como fonte do valor abstrato, ou seja, o valor de uso da mercadoria força de trabalho é a produção de excedente materializado na produção de novos valores de uso ou mercadorias.

¹ Marini (1973); Carcanholo & Amaral (2008); Amaral & Carcanholo (2012); Martins (2011); Marques (2013); Luce (2017); Magalhães & Trindade (2020).

² MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. 1973.

A determinação do valor da mercadoria força de trabalho, assim como o de qualquer outra mercadoria, é computada pelo tempo de trabalho necessário à sua reprodução. Porém, se tratando de uma mercadoria que se confunde com a própria subjetividade do seu proprietário, na medida em que “a produção dela [força de trabalho] supõe a existência deste [trabalhador]”, ou seja, é fundamental manter (é o que se supõe) o trabalhador sob condições físicas, mentais e morais capaz de utilizar sua capacidade de trabalho. Assim, “o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor” (MARX, [1867] 2013, p. 245). Porém, continua Marx ([1867] 2013, p. 246), diferentemente “das outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico e moral”.

Com base nas questões desenvolvidas por Marx podemos inferir que o valor da força de trabalho não pode ser assimilado somente aos seus custos de reprodução, isso por conta dos aspectos históricos e morais colocados. Primeiramente, considerando a monetização da mercadoria força de trabalho com base no salário, temos, como observou Rosdolsky (2001, p. 238-39) a flexibilidade própria dessa forma de remuneração, oscilando desde um mínimo referente aos bens de subsistência até um máximo estabelecido a partir dos aspectos sociais e históricos, inclusive considerando o poder de organização da classe trabalhadora.

Dois elementos valem ser ressaltados e constituem parte da crítica que Rosdolsky (2001, p. 239-240) faz a diversos autores, inclusive marxistas. Primeiro, ressalta que “a classe trabalhadora está submetida (...) ao poder econômico do capital, e sua ‘parte’ [na renda social] é definida conforme a ‘parte’ do capital”. Assim, mesmo considerando os movimentos da luta de classes e a capacidade organizacional dos trabalhadores, o fator regente da lógica salarial é a rentabilidade do capital, conferir também Mandel (1981), Mattick (2010), Saad Filho (2011). Em segundo plano, mas central para a nossa problematização, não há uma “lei de bronze dos salários” no capitalismo, ou seja, a depender de fatores conjunturais, da luta de classes e das condições específicas da sociedade analisada, seja no capitalismo central ou no capitalismo periférico, é possível que se observe formas de exploração da força de trabalho que neguem, inclusive, o acesso médio ao “mínimo necessário de bens de subsistência”, assim como momentos conjunturais em que se observa a elevação da taxa real de salários, ou seja, não se pode imputar uma tendência ao

empobrecimento absoluto, porém observa-se definitivamente no capitalismo em sua totalidade uma tendência ao empobrecimento relativo da classe trabalhadora.

Vale ressaltar que o fundamental na teoria salarial de Marx é sua determinação relativa, isto é a relação do salário com o lucro capitalista, assim observa-se uma “lei da queda tendencial do salário relativo”, aumentando-se o hiato entre a classe capitalista e a classe trabalhadora, ou de outro modo, a apropriação da classe trabalhadora do produto social tende a ser relativamente decrescente frente ao que se apropria os capitalistas enquanto classe (ROSDOLSKY, 2001, P. 246).

Isto posto, importa direcionar a atenção para a dimensão da produção, ou seja, para a análise do consumo da mercadoria força de trabalho pelo seu comprador, o capitalista. É nesse processo que ocorre a criação de mais valor, embora Marx deixe patente que a criação do valor excedente, ocorra dialeticamente dentro e fora da produção.

Conforme já destacado, as mercadorias só possuem valor de troca porque antes possuem valor de uso, ou seja, trazem a característica de serem úteis para quem vai comprá-la e utilizá-la. Logo, o capitalista ao adquirir, ou mais precisamente, alugar a mercadoria força de trabalho, objetiva utilizá-la durante certo período, referente a jornada de trabalho, com o objetivo de produzir uma massa de novas mercadorias. Marx, no curso de sua investigação deixa patente que, o trabalhador gera durante sua jornada de trabalho integral, duas magnitudes de valor que são substancialmente distintas: gera o valor socialmente necessário para reproduzir sua própria força de trabalho e uma magnitude excedente de valor que configura trabalho não pago, ou seja, é apropriado pelo contratante, o possuidor dos meios de produção. Isto posto, entende-se que a mais-valia é um produto da espoliação/exploração do trabalhador.

A categoria *exploração da força de trabalho* em Marx pode ser entendida como forma de uso, consumo e apropriação da capacidade produtiva que a mercadoria força de trabalho oferta ao capitalista que, obviamente, a consome dentro de uma lógica de valorização do capital. Destarte, dentro dessa concepção de funcionamento do capitalismo, teoricamente a categoria exploração, se blinda de qualquer concepção moralista, ou que se aproxime de um uso cruel, espúrio ou indevido, por parte do capitalista, embora a realidade da relação capital-trabalho nos permita assim percebê-la.

O capitalista atua como capital personificado, dotado de vontade e consciência próprias do capital (MARX, [1867] 2013, p. 183). Vale denotar que a exploração enquanto condição social já estava presente na compreensão de alienação, que Marx ([1844] 2003) tinha desenvolvido enquanto percepção crítica ao idealismo hegeliano, sendo a configuração objetiva de parte da capacidade produtiva e subjetiva do trabalhador que é senhoreada pelo capital, objetivamente exploração se constitui uma forma de alienação.

Uma explicação objetiva e que se prende a teoria da exploração em Marx refere-se à condição da remuneração do trabalhador pela venda, ou aluguel, da sua mercadoria força de trabalho. O princípio da equivalência do valor considera que a taxa de salário (W^*) remunera as condições de reprodução física, mental e moral do trabalhador, sendo, portanto, que se concebe que o valor da força de trabalho (V_{ft}) seja monetariamente igual ao salário (W^*), assim observa-se, sob condições gerais do capitalismo central que $W^* = V_{ft}$.

Saad Filho (2001) apresenta uma crítica à abordagem de Marx acerca da concepção restrita de equivalência entre salário e valor da força de trabalho, sustentando-se em três pontos. Primeiro, porque ela se baseia em uma leitura pobre de Marx, ou seja, pouco desenvolvida em profundidade teórica-empírica. Segundo, por ela ser incapaz de explicar a composição da cesta de bens de salário ou a taxa salarial, ou diferenças entre os salários em distintos segmentos do mercado de trabalho. E por fim, Saad Filho entende que essa interpretação obscurece a natureza mercantil da força de trabalho, ou seja, ela implicitamente nega o pagamento de salários monetários, e confunde os trabalhadores com os bens que eles consomem ou, alternativamente, confunde os gastos dos trabalhadores com a “tecnologia de produção” da força de trabalho, “como se essa capacidade humana fosse produzida para lucro” (SAAD FILHO, 2001, p. 33).

Em contraposição à essas insuficiências teóricas, Saad Filho (2001) apresenta uma abordagem alternativa na definição do valor da força de trabalho como a fatia dos salários na renda nacional. Segundo o referido autor, o valor da força de trabalho é o comando sobre o trabalho abstrato que os trabalhadores recebem em troca de sua força de trabalho na forma de um salário monetário. E complementa, “os trabalhadores na sociedade capitalista não negociam nem recebem uma cesta de mercadorias como pagamento por sua força de trabalho, eles recebem uma quantia de dinheiro, o salário monetário (...)” (SAAD FILHO, 2001, p. 34).

A referida interpretação de Saad Filho, traz o conceito de dinheiro para o centro da análise do sistema capitalista de produção, e mostra a especificidade da exploração no capitalismo como uma apropriação de mais-valia na forma de moeda. Ademais, essa interpretação implica que “é pago aos trabalhadores máximos que eles conseguem obter, e seus gastos não precisam ser examinados”. O autor deixa patente, portanto, o reconhecimento do papel dos conflitos distributivos na determinação dos salários. Com efeito, fica também evidente que, ao contrário das demais mercadorias, o valor da força de trabalho não se justifica apenas por elementos de natureza física, mas sobretudo por elementos de natureza histórica e social (ROSDOLSKY, 2001).

Um outro elemento central a ser abordado refere-se ao papel da “superpopulação relativa” na dinâmica macroestrutural do capitalismo. O capitalismo se expande produzindo novas massas populacionais, fruto de um lado, de fluxos migratórios que atraem crescentes contingentes populacionais com vistas a busca de emprego e, por outro, a condição natural de reprodução populacional. Marx ([1867] 2013, p. 689-784) observa que a acumulação de capital é condicionada em níveis diversos pela oscilação do “exército industrial de reserva”.

A formação de superpopulação relativa se torna uma necessidade para regulação salarial pelo capital. Marx demonstra que a acumulação capitalista, inclusive com mudanças tecnológicas, alterações institucionais e fluxos migratórios, entre outros, possibilitam uma contínua pressão sobre o “exército industrial ativo” e rebaixamento da taxa média de salários. Vale observar, como faz Rosdolsky (2001, p. 257) com base em Rosa Luxemburgo, que “as leis da produção capitalista também regem a situação das camadas mais baixas do proletariado”, assim todos os segmentos sociais da população trabalhadora são pressionados em “gradações de miséria e opressão” sob a lógica da “lei capitalista do salário em seu conjunto”.

Uma vez apresentada a mercadoria força de trabalho em sua supra condição lógica e histórica, bem como a categoria exploração da força de trabalho, nos voltamos para Marini ([1973] 2005, 2017) que sugere a categoria que talvez melhor caracterize a peculiaridade do capitalismo dependente, a saber, a superexploração da força de trabalho que, em linhas gerais, pode ser compreendida como a representação de “uma forma de exploração em que não se respeita o valor da força de trabalho” (OSÓRIO, 2009).

A referida tensão entre o valor da força de trabalho e sua transgressão, seja no desenvolvimento teórico ou na análise de situações de maior concretude, não foi deixada de lado por Marx. Conforme explicita Osório (2018, p. 487), apesar da suposição de que a força de trabalho é comprada e vendida por todo o seu valor, é possível perceber em Marx que “é a própria corporeidade do trabalhador e a normalidade de sua vida e de sua saúde que são postas em jogo, quando ele entra na oficina ou na fábrica”.

Marx ([1867] 2013, p. 689-784) nos possibilita um tratamento minucioso das diferentes possibilidades de flutuação da taxa de salário e, mais do que isso, como as condições objetivas de “pauperização” da classe trabalhadora podem ser alteradas por diferentes vetores de influência, sejam movimentos de aumento e modificação da superpopulação relativa, alterações tecnológicas e, aspecto que nos interessa de perto, características de subordinação entre diferentes nações, especificamente tratou da relação entre a Inglaterra e a Irlanda. Marx ([1867] 2013, p. 780-781) observa que a “insegurança e a irregularidade da ocupação (...) são sintomas de uma superpopulação relativa (...). Mas a diferença [é que na Irlanda] (...) aqueles [trabalhadores] que foram expulsos para as cidades (...) exercem pressão sobre o salário urbano (...) e são constantemente rechaçados de volta ao campo”.

O tratamento da superpopulação relativa em países periféricos nos dá conta de dois aspectos fundamentais: i) há uma impossibilidade estrutural de absorção, mesmo em momentos de elevado crescimento econômico, da superpopulação relativa, inclusive pelas condições agrárias estabelecidas (latifúndio e controle de terras pelo Estado); ii) observa-se a extensividade de formas de superexploração como estabelecidas por Marini ([1973] 2005). Vale notar que a referida extensividade configura-se na possibilidade de se observar superexploração nas economias centrais, porém somente em alguns segmentos produtivos e em conformidade ao ciclo de crise, no caso das sociedades do capitalismo periférico a superexploração é parte da sua dinâmica de reprodução social, extensiva e estrutural nas sociedades do capitalismo periférico.

Acerca da categoria superexploração, no intuito de desenvolvê-la pode-se parcialmente apreendê-la enquanto peculiaridade principal das economias periféricas. Marini (2017, p. 331) a apresentará como parte de um mecanismo de compensação em que o capitalismo dependente se utiliza para fazer frente às transferências de valor ao capitalismo central. Nas palavras de Magalhães & Trindade (2020), as economias

dependentes acabam por encontrar nos mecanismos de superexploração da força de trabalho os meios de abrandarem tal perda.

Marini (2017) parte da tese das trocas desiguais enquanto mecanismos dissimulados que permitem a realização de transferências de valor entre as diversas regiões produtivas e/ou países, burlando as leis de troca determinadas pelos preços de produção e expressas nos preços de mercado. Com efeito, a inter-relação de regiões periféricas e centrais – com menor e maior produtividade do trabalho, respectivamente (ou entre produtores de matérias-primas e bens manufaturados) deixa patente o processo de transferência de valores (ou mais-valia), uma vez que a defasagem entre as composições de capital do centro e da periferia, escancara a distância da produtividade do trabalho entre ambos os espaços produtivos, condicionando aos países periféricos à manutenção de sua condição de subdesenvolvidos e dependentes do centro, a partir da integração global.

Note-se que a lógica da manutenção desse sistema de trocas, embora desigual e desvantajosa para os países dependentes, para o capital periférico torna-se viável, uma vez que segundo o autor, as nações desfavorecidas pela troca desigual não conseguem corrigir esse desequilíbrio, o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho e alteração na ordem internacional de divisão do trabalho, mas procuram “compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador” (MARINI, 2017, p. 332).

Significa, portanto, que o capital operante nas economias dependentes, em função da transferência de valores para o centro capitalista, compensa o regime de trocas desfavoráveis com condições de superexploração da força de trabalho, submetendo os trabalhadores periféricos a regimes salariais que não recompõem totalmente o valor da força de trabalho. Dando maior concretude à superexploração, segundo Marini ([1973] 2005, p. 153) “para aumentar a massa de valor produzida, o capitalista” periférico impõe regimes de superexploração a força de trabalho, “seja através do aumento de sua intensidade, seja mediante prolongamento da jornada de trabalho, seja combinando os dois procedimentos”.

Marini ([1973] 2005, p. 156) colabora na identificação das três formas básicas sob as quais se manifesta a superexploração da força de trabalho no capitalismo periférico: “a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a

expropriação de parte do trabalho necessário”. Martins (2018) destaca baseado em Marini que, a superexploração do trabalho significa a queda do preço da força de trabalho abaixo de seu valor, implicando maior desgaste e redução da vida produtiva do trabalhador.

Vale notar que Marini ([1973] 2005, p. 162) analisa essas três formas de exploração concatenadas com a lógica do mercado mundial, porém assinalando que a relação entre capitalismo central e capitalismo periférico se dá mediante transferências de valores “mediante uma acumulação [na periferia] baseada na superexploração do trabalhador”. Martins (2018, p. 464) esclarece pontos importantes da categoria desenvolvida por Marini, um deles refere-se ao aspecto de que as burguesias dos países dependentes recorrerem mais regularmente à uma maior exploração do trabalhador como forma de compensar as transferências de mais-valia dos países dependentes aos centrais, em razão do monopólio tecnológico destes.

Com isso, fica patente que a superexploração da força de trabalho no capitalismo periférico funciona como um mecanismo de compensação, contrariando a relação de equivalência entre salário e valor da força de trabalho no plano local para satisfazer a dupla condição de transferência líquida de riqueza para o capitalismo central e garantir a rentabilidade dos capitais periféricos. Assim, observa-se um consumo extorsivo da mercadoria força de trabalho, como condição de sobrevivência e expansão desses capitais periféricos na competição desigual global, sobretudo considerando os diferentes níveis de produtividade do trabalho e monopólio tecnológico.

Xavier, Couto & Trindade (2017, p. 48) destacam as características dessa peculiar flexibilidade estrutural observadas nas relações de trabalho latino-americanas, que estabelece o desgaste intensivo dos trabalhadores. Desta forma a superexploração implica, portanto, que o mercado de trabalho brasileiro mantenha condições estruturais de flexibilidade, tanto quantitativa quanto qualitativa, determinando uma constante pressão pela redução da taxa de salário e manutenção de condições permanentemente precárias de reprodução do trabalhador, mesmo que em alguns setores apresente-se maior proteção e melhores condições reprodutivas.

Com o exposto teórico de Marini, evidencia-se que para além das transações das trocas de mercadorias, sejam matérias-primas, sejam manufaturados, a apropriação de valor realizado encobre a apropriação de mais-valia que é gerada

mediante a exploração do trabalho no interior de cada nação (MARINI, 2017). A transferência de valor é, portanto, transferências de mais-valia.

Nessa dinâmica, o Brasil e especificamente o espaço agrário no cerrado piauiense, contribuem para incrementar a taxa de mais-valia e a taxa de lucro nos países industriais centrais. Os trabalhadores brasileiros e os trabalhadores rurais do agronegócio piauiense, por sua vez, produzem volumosas riquezas internamente em seus espaços produtivos, sendo que essa economia regional brasileira ao participar do atual ciclo exportador de commodities agrárias, transfere riquezas para economias do capitalismo central, tendo como fundamento a superexploração de sua força de trabalho. Na seção seguinte tratamos de forma detalhada das condições empíricas da participação da produção agrária piauiense na atual espiral de dependência³ brasileira.

3. A RECENTE INSERÇÃO DO CERRADO PIAUIENSE NA DINÂMICA DO CAPITALISMO GLOBAL

No estado do Piauí o bioma cerrado representa 11,2 milhões de hectares, perpassando por 55 municípios, ocupando cerca de 46% do solo piauiense e está situado hegemonicamente na região sudoeste e parte do extremo sul do estado (CEPRO, 2014). Conforme Andrade & Viana (2015), bem como Monteiro (2002), o recente processo de ocupação desta região se iniciou ainda na década de 1970 mediante a manifestação da especulação fundiária como uma fase prévia à inserção na dinâmica global de produção de *commodities* em larga escala que se acelerou na década de 1990, principalmente com a chegada de produtores oriundos da região centro-sul do Brasil. Dessa forma, o cerrado do sudoeste/sul piauiense se tornou, nos últimos anos, um centro de atração de investidores nacionais e estrangeiros, atribuindo a esta região um papel relevante no desempenho econômico do estado no atual século.

³ O termo “novo anel da espiral” é utilizado por Marini ([1973] 2005, p.173-174) para tratar as contradições próprias e significativas do período em que se inicia o terceiro ciclo de dependência das sociedades latino-americanas, sendo que, conforme, ele o “traço significativo do período é que (...) [o] fluxo de capital se orienta de forma preferencial para o setor industrial”, mas reforçando o torniquete da superexploração e da transferência de valores, algo que agora poderíamos teorizar em torno de um “novo anel da espiral”, porém num quarto ciclo de dependência, ver Trindade (2020).

Ao direcionar nossa análise ao espaço agrário piauiense, sobretudo à região do cerrado e ao trabalhador rural desta região, somos instigados a uma série de reflexões paradoxais. É lúcido admitir que nos deparamos com uma região em que se evidenciam elementos de atraso e subdesenvolvimento, mas com processos produtivos de agricultura intensiva em tecnologias e que interagem com regiões modernas, desenvolvidas e de capitalismo avançado (CUNHA & SANTOS JÚNIOR, 2019). Essa característica ímpar, *sui generis*, do capitalismo latino-americano, só se torna notória quando apreendida sob um olhar sistêmico, se debruçando não somente na esfera nacional, mas também internacional, de funcionamento do capital como uma economia-mundo.

O estado do Piauí no ano de 2018 registrou Produto Interno Bruto (PIB) de 50,3 bilhões com crescimento de 2,1% em relação ao ano de 2017, considerado bom quando contrastado aos 1,8% de crescimento do país no mesmo ano. A partir de análise dos dados de anos recentes, divulgados pelo IBGE (2021a; 2021b), o que vem determinando o desempenho econômico no estado é principalmente o volume de sua produção agropecuária que apresentou em 2018 um crescimento de 19,9% em relação a 2017, com presença destacada da produção da soja que se aproximou das 2,5 milhões de toneladas, representando um acréscimo de quase 22% no ano de 2018, também comparado ao ano anterior.

Tabela 01 – 10 principais municípios do cerrado do Piauí com destaque no Valor da produção de Soja em grão (Valores em Mil Reais)

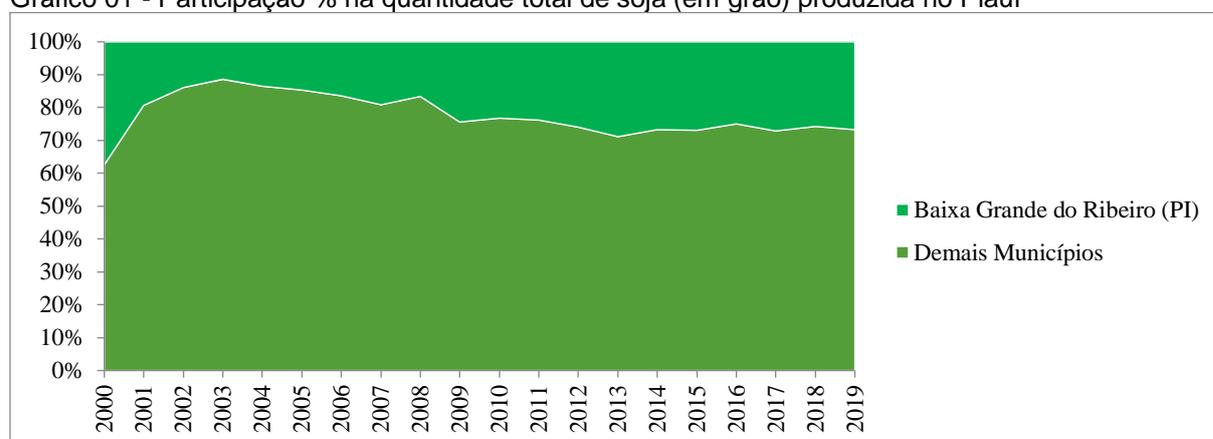
Municípios	2000		2009		2019	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Baixa Grande do Ribeiro (PI)	9.814,00	38,39%	128.730,00	23,98%	675.871,00	26,58%
Bom Jesus (PI)	794,00	3,11%	59.046,00	11,00%	268.132,00	10,55%
Corrente (PI)	63,00	0,25%	128,00	0,02%	75.936,00	2,99%
Currais (PI)	0,00	0,00%	24.485,00	4,56%	120.000,00	4,72%
Gilbués (PI)	403,00	1,58%	19.597,00	3,65%	144.876,00	5,70%
Monte Alegre do Piauí (PI)	469,00	1,83%	12.925,00	2,41%	63.858,00	2,51%
Ribeiro Gonçalves (PI)	1.112,00	4,35%	57.401,00	10,69%	267.316,00	10,51%
Santa Filomena (PI)	1.383,00	5,41%	38.456,00	7,16%	204.633,00	8,05%
Sebastião Leal (PI)	1.260,00	4,93%	23.818,00	4,44%	64.971,00	2,56%
Uruçuí (PI)	8.550,00	33,45%	128.362,00	23,91%	482.965,00	18,99%
Estado do Piauí	25.562,00	100%	536.754,00	100%	2.542.666,00	100%

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE (2021a).

Os dados acima evidenciam que o padrão de capitalismo que se desenvolve no Piauí recente tem grande participação de seu espaço agrário, especificamente o agronegócio que avança na região do cerrado, interagindo com as regiões centrais de capitalismo avançado. A Tabela 01 apresenta os dez (10) principais municípios do cerrado piauiense com participação no valor global da produção de soja de todo o estado no atual século. Nota-se que o município de Baixa Grande do Ribeiro apresenta a maior participação em valores nominais na produção estadual, com média histórica de 22,73% no valor da produção total de soja no estado no período analisado (média de 25,95% somente nos últimos 10 anos), disputando o protagonismo em participação relativa com o município de Uruçuí, na produção dessa *commodity* no Piauí.

Ao analisar a o volume da quantidade produzida, observa-se que o município de Baixa Grande do Ribeiro teve uma representação de 36,35% na quantidade total de soja produzida no Piauí em 2019 com média de 29,63% na quantidade total de soja produzida no atual século, no estado, conforme Gráfico 01.

Gráfico 01 - Participação % na quantidade total de soja (em grão) produzida no Piauí



Fonte: Elaboração própria com base no IBGE (2021a)

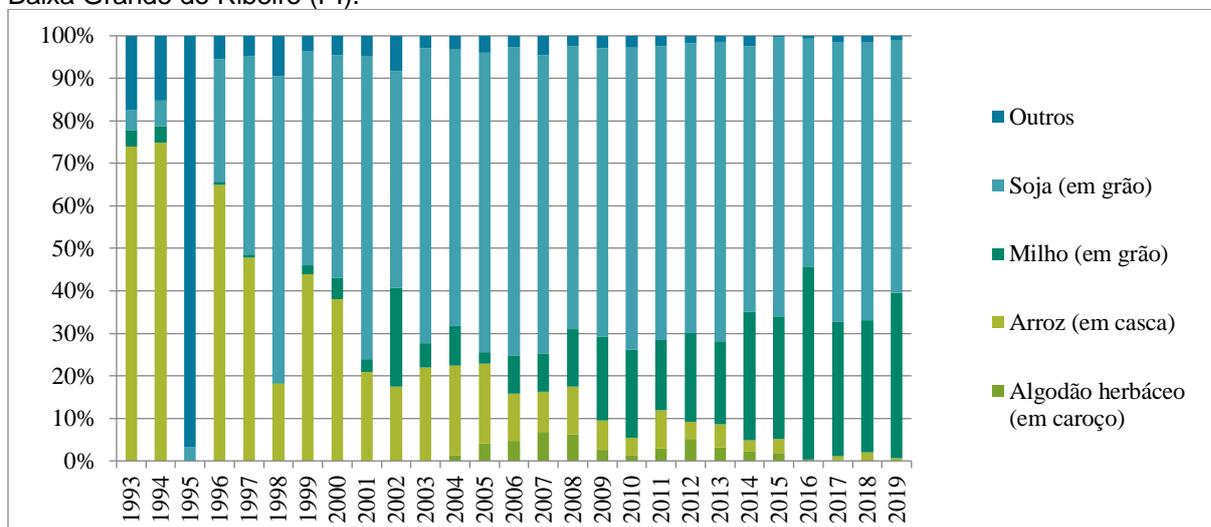
Diante dessa evidência preliminar e bastante representativa, convém desenvolver uma investigação mais detalhada da dinâmica e do padrão de reprodução do capital no cerrado piauiense, especificamente no município de Baixa Grande do Ribeiro, delimitação esta que se justifica principalmente pela representatividade dos valores (conforme Tabela 01) e quantidades totais da produção de soja (conforme Gráfico 01).

Considerando essa relevante participação do agronegócio da soja no desempenho econômico da região do cerrado no estado do Piauí, outra investigação

que se desenvolve como central neste ensaio busca explicitar a dinâmica de apropriação de riqueza e renda, bem como demais variáveis que corroborem para a compreensão e evidência da categoria *superexploração da força de trabalho* assalariada rural do setor produtivo da soja, conforme proposta teórica de Marini ([1973] 2005). Com efeito, a dinâmica de inserção da economia agrária piauiense no sistema global de produção, na perspectiva da teoria marxista da dependência, desemboca num processo de transformação, seja no padrão de reprodução econômica da região do cerrado, seja nas suas relações de trabalho.

Dessa forma, a década de 1990 se apresenta como uma importante referência histórica que nos permite identificar de forma clara esse processo de transição econômica da região do cerrado. A partir da intensificação da expansão do agronegócio no cerrado piauiense, o espaço socioprodutivo de Baixa Grande do Ribeiro, bem como de alguns outros municípios piauienses, migrou de uma economia predominantemente extrativista, baseada principalmente em culturas frutíferas, para uma economia baseada na produção de soja, conforme apresentado no Gráfico 02.

Gráfico 02 - Participação das principais culturas (% em quantidades produzidas) no município de Baixa Grande do Ribeiro (PI).



Fonte: Elaboração própria com base no IBGE (2021a).

Nota: (*) Ano de Fundação do município, 1992.

Como se observa, a partir da década de 1990 o volume de produção da soja ganha corpo e marca uma transição histórica no modelo produtivo de Baixa Grande do Ribeiro e em boa parte do cerrado piauiense. Mesmo Baixa Grande do Ribeiro sendo um município fundado no ano de 1992, observa-se que toda a região, antes baseada no extrativismo e em culturas mais diversificadas como Abacate, Abacaxi,

Algodão arbóreo (em caroço), Banana (cacho), Batata-doce, Cana-de-açúcar, Castanha de caju, Fava (em grão), Feijão (em grão), Laranja, Limão, Mamona, Mandioca, Manga, Melancia, Sorgo (em grão) e Tangerina, conforme IBGE (2021a), dá lugar de forma predominante à monocultura da soja, intensificando-se esse processo no início do atual século.

Entretanto, para que o referido fenômeno de migração produtiva se intensificasse, além da expansão dos empreendimentos era também necessária a manifestação de outros processos de transição, sendo o principal deles a transformação do trabalhador rural, bem como das suas relações de trabalho. Logo, com a intensificação de modernização agrícola do espaço socioprodutivo piauiense em curso, o trabalhador rural (de certa forma autônomo) transitou para a condição de trabalhador assalariado rural, agora dependente do mercado de trabalho.

A evidência do trabalhador assalariado rural na região do cerrado pode ser visualizada com a evolução das formalizações dos vínculos de emprego no subsetor do cultivo da soja especificamente no município de Baixa Grande do Ribeiro, que se expandiram bastante até 2012, experimentando uma queda de empregos em menor intensidade a partir do referido ano, conforme se observa no Gráfico 03.

Gráfico 03 - Quantidade de vínculos de empregos formais no cultivo da Soja ativos no ano



Fonte: Elaboração própria com base no ME-RAIS (2021b).

Nota: (*) Não constavam na base da RAIS dados para os anos de 2002 a 2005.

Cunha & Santos Júnior (2020) se contrapõem ao pensamento econômico hegemônico que defende a tese que geração de emprego e renda induz a melhoria das condições de vida dos sujeitos da região, sejam capitalistas, sejam trabalhadores. Entretanto, a essência do fenômeno de apropriação desigual das riquezas geradas é dissimulada pela mera aparência dos números que legitimam o vigoroso e virtuoso desempenho econômico do agronegócio da soja piauiense, como será demonstrado

no decorrer da análise, encobrindo a realidade de avanço do pauperismo em amplos segmentos populacionais.

Nesse ponto convém destacar o processo de transição do trabalhador rural informal autônomo, hegemonicamente vinculado à economia extrativista, familiar e diversificada, para um trabalhador assalariado, formal e vinculado a processos produtivos patronais de monoculturas, em ritmos e velocidades distintos dos anteriormente verificados. Ademais, os métodos, os objetivos e as condições de execução desses trabalhos, passam a ser adaptados e regidos às necessidades do capital, bem como determinados pelo comércio mundial (CUNHA & SANTOS JÚNIOR, 2020).

Entretanto, quando se analisa somente o desempenho dos números (em sua aparência) e não a população ali estabelecida (a essência do fenômeno), perde-se de vista a característica imanente à lógica de expansão capitalista, a de ser concentradora, desigual e excludente, ao passo que se insinua a disseminada retórica de melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento socioeconômico para as regiões em que o capitalismo se expande. Dessa forma, dissimulam-se meros números de postos de trabalho criados, sem adentrar nos aspectos específicos das relações laborais tais como a precariedade das condições de trabalho e de salários, para não citar aspectos fundamentais como a desapropriação e expulsão de trabalhadores rurais de suas terras, resultantes da modernização agrícola e, principalmente, do capitalismo de “plantation” (CUNHA & SANTOS JÚNIOR, 2020).

Diante do exposto, retorna-se à teoria marxista da dependência e especialmente a teoria da superexploração da força de trabalho com vistas a focar a realidade concreta do território do cerrado piauiense, agora destinado a grande produção agrária e parte da lógica de acumulação agroexportadora brasileira, o qual se fará na seção seguinte do artigo.

4. A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO RURAL EM BAIXA GRANDE DO RIBEIRO (PI)

Na perspectiva de se propor metodologia de mensuração e análise, logo, se obter indícios da superexploração no setor produtivo da soja no cerrado piauiense, sugere-se inicialmente a confrontação do rendimento do capital frente ao rendimento da classe trabalhadora. A Tabela 02 tenta evidenciar essa relação desigual de

apropriação das riquezas. Apresenta-se o valor nominal da produção de soja anual (IBGE, 2021a) em Baixa Grande do Ribeiro, confrontando com o valor nominal anual das remunerações dos trabalhadores formais também do setor produtivo da soja (ME-CAGED, 2021a) no referido município. Da diferença de ambos, obtém-se uma variável aproximada⁴ que sugere a remuneração bruta do capital, ou seja, o lucro bruto, permitindo-se, assim, na relação remuneração do capital-trabalhador, se obter a taxa de apropriação da riqueza produzida no setor agropecuário que contribuiria como um primeiro indício para se discutir a categoria superexploração da força de trabalho.

Tabela 02 - Comparação entre Valor da Produção da Soja (Remuneração do Capital) e Valor da Remuneração Total Anual do Trabalhador no setor produtivo da Soja em **Baixa Grande do Ribeiro (PI)** – a preços correntes

Ano	Valor Bruto da Produção da Soja	Valor da Remuneração do Trabalhador da Soja	Remuneração do Capital (Lucro)	Taxa de Apropriação
2006	32.659.000,00	305.901,56	32.353.098,44	105,76
2007	39.590.000,00	413.520,28	39.176.479,72	94,74
2008	94.422.000,00	520.382,74	93.901.617,26	180,45
2009	128.730.000,00	838.857,53	127.891.142,47	152,46
2010	100.491.000,00	1.056.306,20	99.434.693,80	94,13
2011	190.786.000,00	1.970.378,99	188.815.621,01	95,83
2012	242.133.000,00	2.524.463,30	239.608.536,70	94,91
2013	223.399.000,00	2.691.433,45	220.707.566,55	82,00
2014	381.791.000,00	2.743.617,85	379.047.382,15	138,16
2015	436.506.000,00	2.711.046,88	433.794.953,12	160,01
2016	185.898.000,00	2.339.632,94	183.558.367,06	78,46
2017	606.300.000,00	2.845.528,18	603.454.471,82	212,07
2018	733.449.000,00	3.622.748,32	729.826.251,68	201,46
2019	675.871.000,00	3.166.077,85	672.704.922,15	212,47

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE (2021a) e ME-CAGED (2021a).

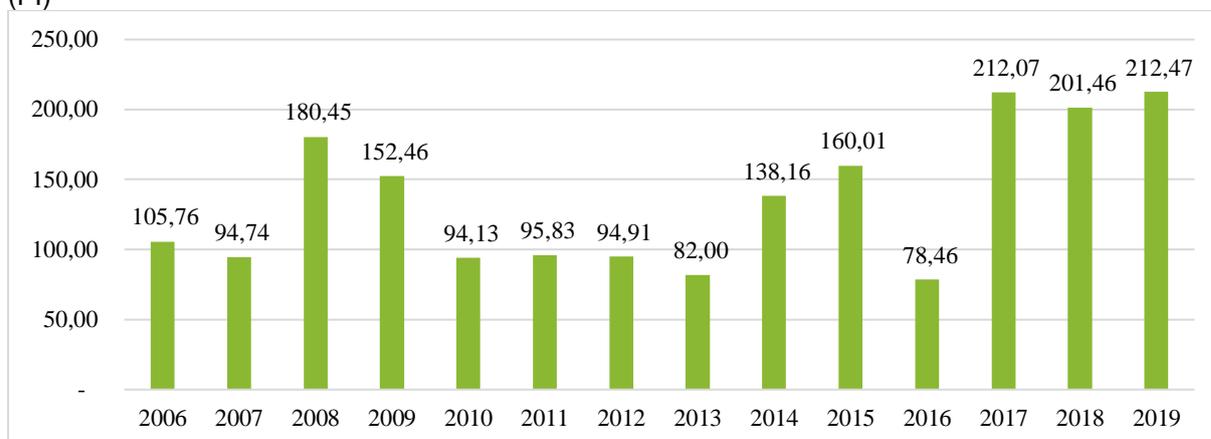
Na Tabela 02, observa-se no município de Baixa Grande do Ribeiro, uma taxa de apropriação que se apresenta como uma das possibilidades de se expressar como se dá a apropriação da riqueza gerada no agronegócio, ou seja, a remuneração total do trabalho representando uma média histórica inferior a 1% quando cotejada à *proxy* da remuneração histórica do capital, no período analisado de 2006-2019. Fica ainda

⁴ A aproximação aqui deve ser refinada e buscada com a inserção de três dados fundamentais que, infelizmente, ainda não se obteve e há grande dificuldade de obtenção: i) os custos de capital fixo e suas taxas de depreciação; ii) os custos com matéria-prima e insumos energéticos; iii) uma aproximação da renda agrária, o que poderia ser feito via o Imposto Territorial Rural (ITR), porém os valores desprezíveis de tributação impossibilitam um possível cálculo aproximado.

patente o distanciamento das remunerações do capital e do trabalho de tal forma que se evidencia a manutenção histórica dessa taxa, notada ser mais intensa nos anos de melhores desempenhos econômicos, como é o caso do período de 2017-2019.

O Gráfico 04, valendo-se do conteúdo da Tabela anterior, dá uma maior e melhor visibilidade a essa disparidade de apropriação entre capital-trabalho no setor agropecuário de Baixa Grande do Ribeiro. Com o exposto, a análise marxista do espaço agrário piauiense transcende o plano abstrato do “imaginário” e teórico, passando a ser perceptível e concreto, tomando corpo quando se contrasta a renda do trabalho (dedicada a um contingente enorme de seres humanos que vivem do trabalho) e a mais-valia (dedicada a uma parcela bastante pequena da sociedade que vive do lucro) apropriada pelo capitalista. Evidencia-se, portanto, que a relação que impera no capitalismo é a de exploração da força de trabalho, e no caso específico do setor agropecuário da soja piauiense em Baixa Grande do Ribeiro, de superexploração a força de trabalho dos trabalhadores rurais, que se intensifica e se alarga historicamente e, também transcende as fronteiras geográficas.

Gráfico 04 – Taxa de apropriação de riqueza do setor produtivo da Soja em Baixa Grande do Ribeiro (PI)



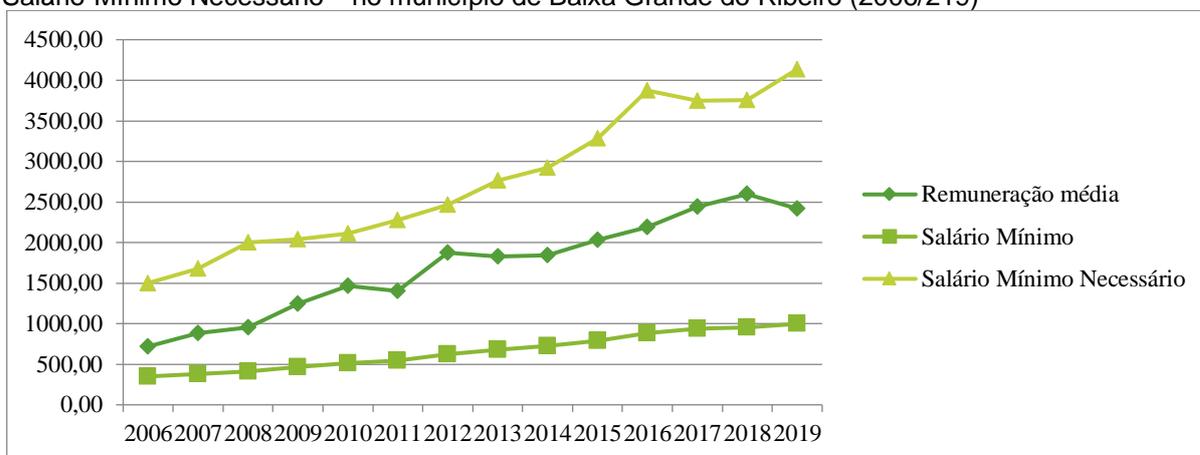
Fonte: Elaboração própria com base no IBGE (2021a) e ME (2021)

A partir dessa análise, mesmo que ainda prévia e experimental do ponto de vista metodológico de mensuração, têm-se condições instrumentais para a investigação da superexploração dos trabalhadores rurais da soja do município de Baixa Grande do Ribeiro, mesmo que ainda de maneira embrionária, uma vez que se pode verificar uma pequena parcela da sociedade se apropriando da maior parte da riqueza produzida no cerrado, reforçando um dos pressupostos de Marx ([1867] 2013)

e especificamente Marini ([1973] 2005), na evidência da categoria superexploração da força de trabalho.

Evidência ainda maior da afirmação do caráter de superexploração no qual os trabalhadores assalariados rurais do cerrado piauiense estão submetidos, é verificada quando se desenvolve uma análise da evolução histórica, contrastando o valor da força de trabalho no setor agropecuário da soja, com o valor do salário mínimo nacional e do salário mínimo necessário segundo a proposição do DIEESE (2021), que pode ser verificado no Gráfico 05, para o município estudado. Não é demais esclarecer que segundo Marx ([1867] 2013) conforme discutido na seção primeira e apresentada suas críticas, a categoria abstrata valor da força de trabalho, tem no salário sua equivalência de valor, do ponto de vista concreto/mensurável, que deveria corresponder a um valor equivalente a reprodução das condições materiais de existência do trabalhador e sua família.

Gráfico 05 – Contraste Remuneração Média do Setor do Cultivo da Soja* x Salário-Mínimo Nacional x Salário-Mínimo Necessário** no município de Baixa Grande do Ribeiro (2006/219)



Fonte: Elaboração própria com base no ME-CAGED (2021a) e DIEESE (2021)

Notas: (*) Tabela CNAE 2.0 Subclasse Cultivo da Soja; (**) Estimativa feita pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), salário-mínimo necessário para sustentar uma família de quatro pessoas.

Com base no Gráfico 05, enfim, pode-se referenciar a tese da superexploração da força de trabalho dos trabalhadores rurais da soja no município de Baixa Grande do Ribeiro, a partir da constatação do achatamento dos salários médios nominais praticados abaixo do salário-mínimo necessário conforme estimativa do DIEESE (2021) e um pouco acima do salário-mínimo nacional. Em Baixa Grande do Ribeiro, no período de 2006 a 2019, o salário médio praticado no cultivo da soja representou

uma média de 2,56 salários-mínimos e apenas 61% da estimativa de salário médio necessário anual.

Por fim, a partir da análise proposta, escancara-se a ideia fundamental de Marx (1999) de que a relação da sociedade capitalista não se encontra em torno da troca de equivalentes, mas sim na relação de exploração daqueles que possuem os meios de produção sobre aqueles que não tem outra coisa a não ser a sua mercadoria força de trabalho. Na periferia, nos países dependentes, na necessidade de se contrabalancear as desigualdades frente ao centro, há um aviltamento dessa relação e é justamente nesse cenário e contexto imposto aos países periféricos, principalmente da América Latina, que reside a importância de se resgatar a Teoria Marxista da Dependência de Ruy Mauro Marini e demais intelectuais de referida abordagem marxista, bem como construir um instrumental metodológico de verificação das categorias tratadas por esses pensadores críticos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo contribuiu tanto no tratamento da categoria de superexploração na base teórica marxista, tanto apresentando aspectos metodológicos para desenvolvimento interpretativo da Teoria Marxista da Dependência, como principalmente realizar um exercício empírico que, por mais que seja experimental, mas constitui esforço de desenvolvimento da referida interpretação explicativa das condições de conformação do capitalismo periférico e suas relações com o capitalismo central.

Vale denotar que o grau de exploração da força de trabalho se estabelece em diferentes níveis, integrando tanto as contradições em torno da superpopulação relativa, quanto os fatores de conformação do salário. É somente extraindo o máximo possível do trabalhador, ou seja, consumindo de forma eficiente a mercadoria força de trabalho, que o capitalista consegue intensificar a sua acumulação e expansão.

O capitalismo como uma totalidade sistêmica se estabelece enquanto uma economia-mundo, interligado local, nacional e global, percebe-se que o urbano e o rural, assim como o centro e a periferia, são indissociáveis. Com efeito, as transformações no agrário brasileiro têm papel fundamental no processo econômico e nas transformações em curso no padrão de reprodução do capital brasileiro.

Assim, o cerrado piauiense passou a ser ocupado e teve seu modo de vida completamente alterado. Esta região passou desde finais da década de 1990 a produzir *commodities* de forma intensiva e a ser integrada ao mercado internacional. Com isso, a produção que antes era pautada no modo agroextrativista, com trabalhadores rurais independentes e com práticas de policulturas, tornou-se agora, hegemonicamente, uma produção nos moldes capitalistas, onde os trabalhadores passam a depender quase que exclusivamente do mercado para sua sobrevivência, ao passo, ter sua expropriação de forma permanente.

É na busca de se compreender tais transformações socioprodutivas ocorridas a partir da subsunção da região do cerrado piauiense ao capitalismo global, que nos deparamos com a importância da tese de Marini, a qual afirma que as economias dependentes são fundamentalmente pautadas na superexploração da força de trabalho. Municiados dos dados ora apresentados e postos em discussão neste estudo, podemos, mesmo que embrionariamente do ponto de vista metodológico, atestar empiricamente a categoria superexploração da força de trabalho. Ao se analisar o contraste do valor da força de trabalho com o salário-mínimo e ainda, com a proposição de salário-mínimo necessário apresentado pelo Departamento Intersindical e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), vê-se que o valor da força de trabalho não atende as necessidades mais básicas dos trabalhadores.

Logo, a partir da análise teórica e instrumental, se acredita que este trabalho cumpriu o objetivo de analisar as condições de reprodução das relações de trabalho do trabalhador assalariado do setor produtivo da soja no cerrado piauiense, bem como observar sua relação produtiva centrada na superexploração da força de trabalho. Ficou evidenciado a maior intensificação do consumo da mercadoria da força de trabalho sem o devido acompanhamento do pagamento de bens-salários na mesma proporção.

Por fim, entende-se que este artigo contribuiu para retratar, mesmo que parcialmente, elementos da realidade dos trabalhadores assalariados rurais do agronegócio piauiense, ao qual se lançam diariamente na vil esperança de melhoria de suas condições de vida, por serem beneficiados com os trabalhos formalizados pelo capitalismo rural, mas que têm como única certeza o fato de criarem volumes consideráveis de riquezas para o agronegócio mundial, se apropriando tão somente

de uma parcela risível da riqueza por eles produzidas, como nos recita o formidável Thiago de Mello resta aos caboclos somente o “barranco sofredor”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, T. J. A; MONTEIRO, M. S. L. Modelo agrícola e desenvolvimento sustentável: a ocupação do cerrado piauiense. **Ambiente & Sociedade** – Vol. VIII nº. 2 jul./dez. 2005.

ALVES, V. E. L. **Mobilização e modernização nos cerrados piauienses**: formação territorial no império do agronegócio. 2006. 320 p. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo-SP: Universidade de São Paulo, 2006.

ALVES, V. E. L. Modernização agropecuária, ruptura e permanência do modo de vida camponês nos cerrados do sul do Piauí. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 77, p. 7–28, 2001.

ANDRADE, P. S.; VIANA, M. R. A Questão Fundiária Sob o Impacto do Agronegócio no Cerrado Piauiense. **Rev. FSA**, Teresina, v. 12, n. 4, art. 13, p. 207-229, jul./ago. 2015.

CARCANHOLO, M. D; AMARAL, M. S. Acumulação capitalista e exército industrial de reserva: conteúdo da superexploração do trabalho nas economias dependentes. **Revista de Economia**, v. 34, n. especial, p. 163-181, Editora UFPR, 2008.

CUNHA, F. E. O.; SANTOS JÚNIOR, S. G. A produção de riqueza (e miséria) do trabalho rural: uma investigação no setor produtivo da soja em Uruçuí-PI. In: Robson José de Oliveira. (Org.). **Extensão Rural: práticas e pesquisas para o fortalecimento da agricultura familiar**. 1ed. Guarujá-SP: Científica Digital, 2021, v. 02, p. 26-44.

CUNHA, F. E. O.; SANTOS JÚNIOR, S. G. A dialética da acumulação “primitiva-moderna” no cerrado piauiense. **Carta CEPRO**, Teresina, v.31, n.1, p.57-76, jan./jun. 2019.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2021). **Salário mínimo nominal e necessário**. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. DOS SANTOS, T. **Imperialismo y dependencia**. Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

FUNDAÇÃO CEPRO. **Cerrados piauienses**: estudo e análise de suas potencialidades, impacto da exploração da riqueza sobre a população da região. Teresina: Fundação CEPRO, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021a). **Pesquisa Agropecuária Municipal**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br>>.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021b). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral/PNADCT**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br>>.

MAGALHÃES, W. C; TRINDADE, J. R. A centralidade da superexploração da força de trabalho no padrão de reprodução do capital das economias dependentes. In:

TRINDADE, J. R. **Agenda de debates e desafios teóricos**: a trajetória da dependência e os limites do capitalismo periférico brasileiro e seus condicionantes regionais. Belém: Paka-Tatu, 2020.

MANDEL, Ernest. O Capitalismo Tardio. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e Revolução**. Florianópolis: Insular, 2014.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência [1973]**. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARTINS, C. E. A Teoria Marxista da Dependência à luz de Marx e do capitalismo contemporâneo. In: **Caderno CRH: revista do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades - CRH/UFBA**. n.1 (1987) - Salvador, UFBA, 2018.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1 [1867]. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. A sagrada família. 1ª edição 1844. São Paulo: Boitempo: 2003.

MATTICK, Paul. Marx e Keynes: os limites da economia mista. Lisboa: Antígona, 2010.

ME. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **CAGED. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**. 2021a. Disponível em < <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>.

ME. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **RAIS. Relatório Anual de Informação Social**. 2021b. Disponível em < <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>.

MONTEIRO, Maria do Socorro Lira. **Ocupação do Cerrado piauiense: estratégia empresarial e especulação fundiária**. 227 p. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas: Campinas-SP, 2002.

OSORIO, J. Dependência e superexploração. MARTINS, Carlos Eduardo et al. (Orgs.). **A América Latina e os Desafios da Globalização**. São Paulo: Boitempo, 2009.

OSORIO, J. *Elementos para una construcción teórica sobre América Latina*.

Argumentos (Méx.) [online]. 2012, vol.25, n.69 [citado 2021-12-28], pp.187-202. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-57952012000200010&lng=es&nrm=iso>. ISSN 0187-5795.

OSORIO, J. Sobre superexploração e capitalismo dependente. In: **Caderno CRH: revista do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades - CRH/UFBA**. n. 1 (1987) - Salvador, UFBA, 2018.

SANTANA, P. M. **Dependência e superexploração do trabalho no capitalismo contemporâneo**. Brasília: Ipea: ABET, 2013.

REYDON, B. P.; MONTEIRO, M. S. L. **A ocupação do cerrado piauiense: um processo de valorização fundiária**. In: XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural – 25 a 28/07/2004, 2004, Cuiabá. Anais do Congresso, 2004. p. 1-20.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ, Contraponto, 2001.

SAAD FILHO, A. Salários e exploração na teoria marxista do valor. **Economia e Sociedade**, Campinas, (16): 27-42, jun. 2001.

S

AAD FILHO, A. O valor de Marx. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.

SILVA, A. J.; MONTEIRO, M. S. L.; BARBOSA, E. L. Nova dinâmica produtiva e velhas questões territoriais nos cerrados setentrionais do Brasil. **Revista Espacios**, Caracas, v.36, n. 21, p. 14, 2015.

MELLO, Thiago de. Cantiga do caboclo. In: MELLO, Thiago de. Poemas preferidos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

TRINDADE, J. R. **Agenda de debates e desafios teóricos: a trajetória da dependência e os limites do capitalismo periférico brasileiro e seus condicionantes regionais**. Belém: Paka-Tatu, 2020.

TRINDADE, J. R. B; MARQUES, G. S; MAGALHÃES, W. C. Padrão de reprodução do capital como parte de uma proposta teórico-metodológica marxista: construção de uma categoria de mediação analítica. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política** 53 / maio 2019 – agosto 2019.

XAVIER, C. A. C.; COUTO, M. L. P.; TRINDADE, J. R. B. As relações de trabalho no setor sucroalcooleiro nordestino no século XXI: modernização e permanência da superexploração do trabalho. **Revista Ciências do Trabalho** - nº 9, dezembro de 2017.

Recebido em: novembro de 2022

Aceito em: dezembro de 2022